

## MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: deputado Adalclever Lopes – PMDB  
1º-Vice-Presidente: deputado Lafayette de Andrada – PSD  
2º-Vice-Presidente: deputado Dalmo Ribeiro Silva – PSDB  
3º-Vice-Presidente: deputado Inácio Franco – PV  
1º-Secretário: deputado Rogério Correia – PT  
2º-Secretário: deputado Alencar da Silveira Jr. – PDT  
3º-Secretário: deputado Arlen Santiago – PTB

## SUMÁRIO

- 1 – PROPOSIÇÕES DE LEI**
- 2 – ATA**
  - 2.1 – Reunião de Comissão
- 3 – PRONUNCIAMENTOS**
- 4 – MATÉRIA ADMINISTRATIVA**



## PROPOSIÇÕES DE LEI

### PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 23.951

Declara de utilidade pública a Comunidade Terapêutica El Shadday de Araguari, com sede no Município de Araguari.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Comunidade Terapêutica El Shadday de Araguari, com sede no Município de Araguari.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, aos 14 de março de 2018.

Deputado Adalclever Lopes – Presidente

Deputado Rogério Correia – 1º-Secretário

Deputado Alencar da Silveira Jr. – 2º-Secretário

### PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 23.952

Declara de utilidade pública a Associação Comunidade Terapêutica Mães & Filhos – ACT Mães & Filhos –, com sede no Município de Itaúna.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação Comunidade Terapêutica Mães & Filhos – ACT Mães & Filhos –, com sede no Município de Itaúna.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, aos 14 de março de 2018.

Deputado Adalclever Lopes – Presidente

Deputado Rogério Correia – 1º-Secretário

Deputado Alencar da Silveira Jr. – 2º-Secretário

**PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 23.953**

Declara de utilidade pública a entidade Cássia Recuperando Vidas – Carev –, com sede no Município de Cássia.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a entidade Cássia Recuperando Vidas – Carev –, com sede no Município de Cássia.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, aos 14 de março de 2018.

Deputado Adalclever Lopes – Presidente

Deputado Rogério Correia – 1º-Secretário

Deputado Alencar da Silveira Jr. – 2º-Secretário

**PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 23.954**

Declara de utilidade pública a entidade Desafio Jovem de Ubá – Dejub –, com sede no Município de Ubá.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a entidade Desafio Jovem de Ubá – Dejub –, com sede no Município de Ubá.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, aos 14 de março de 2018.

Deputado Adalclever Lopes – Presidente

Deputado Rogério Correia – 1º-Secretário

Deputado Alencar da Silveira Jr. – 2º-Secretário

**PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 23.955**

Declara de utilidade pública o Núcleo de Assistência Social – Projeto Resgatar, com sede no Município de Guarani.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarado de utilidade pública o Núcleo de Assistência Social – Projeto Resgatar, com sede no Município de Guarani.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, aos 14 de março de 2018.

Deputado Adalclever Lopes – Presidente

Deputado Rogério Correia – 1º-Secretário

Deputado Alencar da Silveira Jr. – 2º-Secretário

**PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 23.956**

Declara de utilidade pública a entidade Cáritas Diocesana de São João del-Rei, com sede no Município de São João del-Rei.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a entidade Cáritas Diocesana de São João del-Rei, com sede no Município de São João del-Rei.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, aos 14 de março de 2018.

Deputado Adalclever Lopes – Presidente

Deputado Rogério Correia – 1º-Secretário

Deputado Alencar da Silveira Jr. – 2º-Secretário

**PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 23.957**

Declara de utilidade pública a Associação Comunidade Terapêutica Santa Catarina de Sena, com sede no Município de Sete Lagoas.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação Comunidade Terapêutica Santa Catarina de Sena, com sede no Município de Sete Lagoas.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, aos 14 de março de 2018.

Deputado Adalclever Lopes – Presidente

Deputado Rogério Correia – 1º-Secretário

Deputado Alencar da Silveira Jr. – 2º-Secretário

**ATA****ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 6/3/2018**

Às 14h43min, comparecem na Sala das Comissões as deputadas Celise Laviola e Ione Pinheiro e o deputado Cristiano Silveira, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, a presidente, deputada Celise Laviola, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e receber, discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação nominal, é aprovado, em turno único, por unanimidade, o Projeto de Lei nº 4.809/2017 (relator: deputado Thiago Cota), que recebeu parecer por sua aprovação. Em seguida, é aprovado relatório de visita à Secretaria de Estado de Educação, realizada em 29/11/2017, que segue publicado após as assinaturas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 13 de março de 2018.

Celise Laviola, presidente – Ione Pinheiro – Marília Campos.

## RELATÓRIO DE VISITA

### Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia

#### Local visitado: Secretaria de Estado de Educação

#### Apresentação

Atendendo ao Requerimento nº 9.853/2017, de autoria do deputado Dalmo Ribeiro Silva, a Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia visitou, no dia 29/11/2017, a sede da Secretaria de Estado de Educação, em Belo Horizonte, com o objetivo de apresentar as demandas da audiência pública realizada em 14/9/2017, que debateu a formulação de um plano de valorização dos diretores de escolas estaduais.

Participaram da visita a presidente da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, deputada Celise Laviola, e o autor do requerimento. Os parlamentares foram recebidos pela secretária de Estado de Educação, Macaé Evaristo, e pelo Subsecretário de Gestão de Recursos Humanos, Antônio David de Sousa Júnior.

Estavam presentes, ainda, integrantes da diretoria da Associação dos Diretores das Escolas Oficiais de Minas Gerais – Adeomg: Ana Maria Belo, presidente; Raquel Coutinho e Campos, vice-presidente, Neuza Magalhães, secretária; e Carlos José Coimbra, conselheiro fiscal.

#### Relato

No início da reunião, os parlamentares esclareceram que a visita tinha o intuito de apresentar as demandas da audiência pública realizada pela Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia em 14/9/2017, que debateu a formulação de um plano de valorização dos diretores de escolas estaduais.

A presidente da Associação dos Diretores das Escolas Oficiais de Minas Gerais – Adeomg – relatou as conquistas que os diretores de escolas estaduais alcançaram desde 2015 e agradeceu por elas. Em seguida, apresentou as principais reivindicações dos diretores: a concessão da progressão na carreira para aqueles que implementaram os requisitos estabelecidos no Decreto nº 46.206, de 3/4/2013, que regulamenta o parágrafo único do art. 22 da Lei nº 15.293, de 5/8/2004; a criação de uma gratificação a ser incorporada à remuneração dos diretores de escola após o afastamento do cargo em comissão; a alteração do art. 23 da Lei nº 21.710, de 30/6/2015, que trata da política remuneratória das carreiras do Grupo de Atividades de Educação Básica do Poder Executivo para garantir ao servidor inativo que adquiriu o direito ao apostilamento no cargo de provimento em comissão de diretor de escola no interstício de 30/7/2003 a 29/2/2004 o direito de optar pelo recebimento da remuneração do cargo em que foi apostilado ou pela remuneração do cargo efetivo acrescida da parcela de 50% da remuneração do cargo em que foi apostilado. Essa alteração seria necessária porque, atualmente, há um entendimento por parte da SEE de que o citado artigo limita esse direito ao servidor inativo apostilado no cargo de provimento em comissão de diretor de escola que tenha adquirido o direito ao apostilamento anteriormente à vigência da Lei nº 14.683, de 30/7/2003, ou seja, apenas os que adquiriram o direito ao apostilamento até 30/7/2003.

O subsecretário de Gestão de Recursos Humanos enalteceu os processos de discussão ocorridos desde 2015 entre a SEE e a Adeomg que culminaram em importantes conquistas para os diretores das escolas estaduais. Citou, como exemplo, a edição da referida Lei nº 21.710, de 2015, que, dentre outras medidas, garantiu que os reajustes do *piso* salarial profissional *nacional para os profissionais do magistério público da educação básica fosse estendido ao cargo em comissão de diretor de escola*; ampliou a gratificação do cargo de diretor de escola de 30% para 50% da remuneração do cargo de provimento em comissão; e reajustou em 10,25%, a partir de 1º/6/2015, o vencimento dos cargos de provimento em comissão de diretor de escola. Destacou, ainda, os avanços

no processo de indicação para o cargo de diretor de escola, sobretudo a possibilidade de designados para o exercício de função pública concorrerem ao cargo.

Em resposta às questões apresentadas, o subsecretário informou que a concessão de progressão na carreira para os diretores de escola que, nos termos do referido Decreto nº 46.206, de 2013, fazem jus ao benefício, está em fase de análise de impacto financeiro pela Coordenadoria de Orçamentos e Finanças – Cofi. Após a avaliação, serão tomadas as providências para a publicação dos benefícios.

O subsecretário se mostrou favorável à alteração do art. 23, da Lei nº 21.710, de 2015. Os parlamentares esclareceram que, por se tratar de matéria de competência privativa, a alteração só poderia ser realizada por meio de projeto de lei de autoria do governador do Estado. Assim, o subsecretário se comprometeu a tomar as providências para que o projeto de lei seja encaminhado a esta Assembleia.

Em relação à gratificação para os diretores de escola, o subsecretário declarou que sua criação poderia configurar a volta do apostilamento que foi extinto pela Lei nº 14.683, de 2003, para todos os cargos do Estado. Informou que a SEE tem buscado alternativas para viabilizá-la e também para aprimorar o sistema de contribuição previdenciária dos diretores de escola, de forma que eles possam optar por contribuir pela remuneração de seu cargo efetivo ou pelo cargo em comissão. Contudo, devido à complexidade da matéria, ainda não se encontrou maneira de tornar viável a implementação dessas medidas.

Os representantes da Adeomg mostraram-se satisfeitos com o retorno da SEE às demandas apresentadas e enalteceram a clareza e objetividade das respostas.

Por fim, a secretária de Estado de Educação reiterou o compromisso da SEE de promover a valorização dos diretores de escola, pois, segundo ela, é medida necessária para melhorar a educação no Estado.

### Conclusão

A Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia considerou extremamente profícuo o encontro, que abriu espaço para o diálogo franco e aberto entre o Poder Legislativo, o Poder Executivo e os representantes dos diretores de escolas estaduais.

Ficou estabelecido, na reunião, que a SEE tomará as providências para enviar à Assembleia projeto de lei que altere o art. 23 da Lei nº 21.710, de 2015. Os parlamentares colocaram-se à disposição para auxiliar na tramitação do projeto de lei a ser enviado.

Sala das Comissões, 6 de março de 2018.

Celise Laviola, relatora.



## PRONUNCIAMENTOS

### DISCURSOS PROFERIDOS NA 13ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 13/3/2018

O deputado Dirceu Ribeiro\* – Exmo. Sr. Presidente desta Assembleia Legislativa, membros da Mesa, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, servidores desta Casa, assessores e público presente; saúdo a todos, já em meados do mês de março de 2018, pois estive afastado anteriormente por motivo de tratamento médico cirúrgico, que foi muito bem-sucedido, graças à bondade de Deus. Daqui em diante, espero que o nosso trabalho prospere positivamente, mesmo com toda e qualquer dificuldade que se apresente em nossos caminhos.

Aproveito também a oportunidade para comunicar, pessoalmente, a minha mudança partidária. Em busca de um trabalho conjunto, democrático, ético, dedicado e sério, filiei-me ao Podemos, pois acredito no poder da palavra e da ação que realmente traz o significado desse verbo. Nós podemos mudar o Brasil. Nós precisamos melhorar e contribuir para a edificação social urgente por que clama nosso país e nosso povo.

E me dedico a esse investimento público por acreditar na capacidade política, no caráter pessoal e no profissionalismo empresarial do Exmo. Sr. Vittorio Mediolini, atual prefeito de Betim e atual presidente do Podemos, homem competente e grandioso, munido de grande sabedoria e inteligência.

O Podemos busca mandatos com agentes comprometidos, probos, lutadores das causas do bem para a coletividade. Busca pessoas humanas, com potencial aptidão para vencer e para servir àqueles a quem representam.

Recebam o meu abraço, e agradeço pela atenção dispensada. Que o nosso Deus conduza nossos destinos pelos caminhos do bem! Muito obrigado.

\* Sem revisão do orador.

O deputado Arnaldo Silva\* – Sr. Presidente, caros colegas parlamentares que compõem a Assembleia Legislativa de Minas Gerais, o assunto que me traz a esta tribuna, de certa forma, é demasiadamente simples, contudo a condução, até agora, tem se demonstrado até confusa. Aproveito, aliás, a presença do nosso líder de governo, deputado Durval Ângelo, para fazer até um apelo em relação à atenção especial a um dos vetos do governador que terá apreciação da Assembleia de Minas, o qual diz respeito a algumas mudanças em relação a nomenclaturas de servidores lotados no quadro de servidores da Fazenda Estadual em Minas Gerais. Especificamente quanto aos arts. 50 a 55, que foram alterados através de projeto de lei específico nesta Casa e que foram objetos de veto do governador, acredito eu, levado a um equívoco muito grande, tendo em vista que o que se propõe nesses artigos é nada mais, nada menos que uma correção histórica em relação a essas funções, às atribuições desempenhadas por esses servidores.

Em primeiro lugar, apresenta-se, nesses artigos, alteração da nomenclatura de gestor fazendário para gestor de fiscal da Receita. Uma simples alteração de nomenclatura, em que não se alteram atribuições, não se mexe em vencimentos, permanecendo intacta toda a estrutura do cargo específico desses servidores, que muito têm contribuído no Estado de Minas Gerais, principalmente no que diz respeito à arrecadação do ITCD em nosso estado. São servidores de dedicação exclusiva, e não é proposto nesse artigo, volto a repetir, nenhuma alteração na escala de vencimento nem no plano de carreiras desses servidores. Esses servidores já fazem parte do quadro de arrecadação e fiscalização do Estado de Minas Gerais, e não há motivo algum para veto. Há aqui um veto do governador na alteração de nomenclatura desse cargo específico.

Outra questão específica é a da inclusão dos técnicos fazendários e dos analistas fazendários no quadro de servidores da Fazenda Estadual. A própria nomenclatura, por si só, já resume muito bem essa situação. Servidores hoje que não compõem quadro algum dos servidores gerais do Estado de Minas Gerais. Os técnicos fazendários e os analistas fazendários, por óbvio, pelas atribuições que desenvolvem, pelo trabalho que desenvolvem, pelo local do trabalho, têm que estar inclusos no quadro de servidores da Receita Estadual, da Fazenda Estadual.

O que estamos percebendo é que há uma questão interna, uma disputa de vaidade, em que pessoas que ocupam cargos mais altos, de altos vencimentos, estão num cabo de guerra com aqueles que realmente carregam o piano, no que diz respeito à arrecadação e à fiscalização no Estado de Minas Gerais.

Então, venho aqui, aproveitando, mais uma vez, a presença do nosso líder de governo, fazer esse apelo, para que esse veto do governo seja revisto, que possamos debater, voltar os olhos com um pouco mais de atenção em relação a isso e ter a sensibilidade de reconhecer esse trabalho importantíssimo que vem sendo feito por esses servidores específicos, já há muitos anos.

O que este governo vai fazer, na verdade, é corrigir um erro de muitos anos de não reconhecer todas essas atribuições, todas essas atividades e, principalmente, a dedicação no que diz respeito à arrecadação de tributos para o Estado de Minas Gerais.

É o que tenho para trazer hoje. Faço esse apelo para que possamos rever essa questão. De forma alguma quero afrontar a posição do governo do Estado, mas, às vezes, é preciso alertá-lo para tirá-lo do equívoco que está sendo cometido, ao vetar especificamente esse artigo.

O deputado Duarte Bechir (em aparte)\* – Deputado Arnaldo Silva, gostaria de parabenizá-lo pela atuação de V. Exa. nesta Casa. Temos um trabalho na Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência, à qual V. Exa. dedica boa parte de seu tempo e esforço em favor das pessoas com deficiência. É inegável que o conhecimento e a trajetória do deputado antes de chegar aqui o credenciam, de forma enfática, como legítimo solicitante daquelas receitas ainda não pagas, porque V. Exa. é conhecedor da matéria.

O meu aparte é tão somente para dizer que compartilho com V. Exa. esse sentimento. Parabenizo o deputado Arnaldo Silva pela sua atuação marcante nesta Casa. Que possamos estar juntos nesses embates! É inegável que, neste momento, devemos reconhecer o esforço do deputado Arnaldo Silva em favor dos municípios por que trabalha. Parabéns, deputado!

O deputado Arnaldo Silva\* – Muito obrigado, deputado Duarte Bechir. Da mesma forma, rendo as minhas homenagens e reconheço também o trabalho de V. Exa. à frente da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência, na qual tem feito um trabalho brilhante, de muita dedicação por essa causa na Assembleia, do qual tenho muito orgulho de participar.

Para finalizar, também quero solicitar, de público, ao líder do bloco a que pertenço, ao nosso líder André Quintão, que requeira a votação em destaque dos arts. 50 e 55 desse veto que foi apresentado, para que a gente possa apreciar cada um desses artigos separadamente durante a votação que vamos fazer aqui, na Assembleia Legislativa de Minas Gerais. Isso vai ser muito importante para que o debate fique claro e também para darmos uma demonstração claríssima dos votos apresentados na Assembleia em relação ao reconhecimento ou não dessa categoria específica dos servidores, que já mencionei anteriormente.

Agradeço ao Sr. Presidente e a todos os nobres parlamentares.

\* Sem revisão do orador.

O deputado Cristiano Silveira\* – Sr. Presidente e demais colegas, preparei uma pauta de intervenções no sentido de não discutir um tema específico. Na verdade, são vários assuntos que, ao longo desta semana e da semana passada, eu queria ter tratado na Casa, mas não tive a oportunidade, pela dinâmica dos trabalhos.

Queria começar falando do mês de março, do Dia Internacional da Mulher. Comemoramos, quer dizer, celebramos o Dia Internacional da Mulher no dia 8, e entendo que ainda estamos no mês para continuarmos a refletir sobre as circunstâncias, as condições das mulheres em nosso país, haja vista que as mulheres recebem menores salários para exercer as mesmas funções, em que pese, em média, a possuírem maior escolaridade. Então, queremos falar também da diferença no aspecto econômico.

Mas o que mais nos preocupa é a questão da violência contra a mulher. Talvez essa seja uma das violações de direitos mais graves que ainda existem em nosso país, uma sociedade machista, essa é a verdade. Até quem diz não ser machista, muitas vezes o é, se não de forma consciente, pelo menos de forma condicionada de reprodução de modelo. Muitas vezes, o agressor vive no mesmo ambiente, no mesmo lar; é o marido, o pai, o namorado, o companheiro. Em 70% dos casos, o agressor é quem tem uma relação direta com as mulheres e vive com ela sob o mesmo teto. O agressor, muitas vezes, reproduz um modelo porque viu o avô batendo na avó, acha que o pai pode bater na mãe, e poderá, então, agredir a sua esposa. Ora, temos de romper com isso. É preciso fazer o trabalho de uma nova formação na mentalidade dos homens em nosso país.

Para termos uma ideia, presidente, em 2015, o número de chamadas do Disque 180, fruto da Lei Maria da Penha, votada em 2006 e sancionada pelo presidente Lula, passou de 700 mil.

Em 2016, mesmo com a Lei Maria da Penha em vigor, mesmo com a promulgação da Lei do Feminicídio no final de 2015, os números passaram para mais de 1.130.000 chamadas. Espero que sejam as mulheres com a disposição de denunciar, porque a subnotificação também foi problema sério durante muito tempo. Mas, se isso for o aumento da violência contra a mulher – estamos no século XXI – parecerá uma sociedade bárbara do século XIX. Eu tive a honra de apresentar um dos projetos, que, na minha opinião, é dos mais relevantes da Casa, voltado para o atendimento à mulher vítima da violência – foi sancionado pelo governador –, de maneira a organizar o serviço público do Estado para o acolhimento dessa mulher na Polícia Civil, na Polícia Militar e nos órgãos de saúde.

Ou seja, o Estado precisa se organizar. Já que endurecemos as sanções, pelas leis federais, é importante que o Estado, o serviço público e o servidor estejam devidamente capacitados, com os protocolos padronizados para o atendimento dessas mulheres. Então, acho que foi uma conquista importante.

Fruto ainda desse projeto, outra matéria que tramita aqui na Casa, é a proposta de uma bolsa transitória à mulher vítima da violência. Em que pese a que o juiz possa aplicar o pagamento de pensão ao agressor, sabemos que, muitas vezes, eles não fazem isso. Então estamos propondo que o Estado possa destinar às mulheres vítimas da violência, dependentes economicamente do agressor, ao menos um salário mínimo, durante seis meses, podendo ser prorrogado por mais três. Nesse período, a mulher poderá passar por um processo de requalificação e qualificação profissional e, concomitantemente com o sistema de emprego, voltará a ser inserida no mercado de trabalho. Somente assim, poderemos dizer que, de fato, o Estado está preocupado com uma nova vida, com uma nova perspectiva, tirando a mulher e seus dependentes do ambiente de convivência com o agressor. Isso, às vezes, não acontece, por que aonde ela irá? Não dá para ela voltar para a família, porque não tem um emprego e tem essa dependência econômica. Esse é um ponto que eu queria trazer aqui hoje.

Outro ponto que eu quero conversar com os colegas é a situação da BR-265, que liga o trecho que compreende Barbacena até a cidade de Lavras, passando por São João del-Rei. Recentemente, Duarte, tivemos a queda de uma ponte, próxima ao trevo de Nazareno, que está causando um transtorno imenso. Para se pegar um trecho mais curto de desvio são pelo menos 40km, dando a volta por São Tiago, para pegar a Fernão Dias. Então eu, particularmente, fiz contato com o deputado Reginaldo Lopes, que acionou o Dnit, pedindo urgência para fazer essa recuperação. Acho que até o processo todo ser estabelecido, poderia até o Exército colaborar com aquelas pontes de campanha, para que possa o Estado fazer esse atendimento.

Outra questão é a duplicação dessa rodovia. Essa pauta é do Movimento Somos Todos Vítimas da BR-265, uma pauta da sociedade, que tem procurado os parlamentares. Pessoalmente, não fui procurado pelo movimento, mas tive conhecimento, por ocasião desse episódio da ponte. Penso que Minas Gerais, que tem três senadores, dois deles ex-governadores, conhecem o problema. Eles estão na base hoje do governo Michel Temer, votados com o governo Temer, em votações caras, votação de reforma da previdência, votação da terceirização, votação para salvar o Michel Temer de investigação, por duas vezes. Eu penso que, apesar de essa pauta não interessar à sociedade, eles teriam total condição de exigir que Minas Gerais fosse atendida e pedir ao deputado Fábio Ramalho, que é vice-presidente da Câmara, líder da bancada no Estado – sei que ele tem feito isso junto à BR-381 – que possa incluir na sua agenda, na sua pauta, também a BR-265, nos processos para duplicação. Isso não foi feito nos governos do presidente Lula e da Dilma, no tempo em que o PT governou, mas não foi feito nos 500 anos em que o Brasil foi descoberto e não foi feito em todos os anos em que o Brasil é República. Bem ou mal, durante o governo do presidente Lula, a manutenção da buracada e do matagal foi preservada, mas sabemos que a população, a comunidade quer é a duplicação. Então esperamos que isso possa, pelo menos, estar no projeto, hoje, do governo federal. Se Deus quiser, em 2018, mudará o governo. Até mesmo fico preocupado, presidente, porque quando o Congresso votou a Emenda Constitucional nº 95, de congelamento de gastos por 20 anos, pressupõe-se que obras importantes como essa saíram da agenda do governo. Então, quero dizer a toda a população que nos acompanha na região do Campo da Vertentes, que é preocupante aqueles parlamentares e senadores terem aprovado a Emenda Constitucional nº 95, congelando gastos por 20 anos. Ou seja, vai dizer que não tem recurso, que não pode gastar para fazer a obra. Isso é um absurdo e tem de ser revisto. Portanto, vamos acompanhar de perto esse processo. Já acionamos o governador Fernando Pimentel, que está preocupado também com essa pauta.

Quero dizer que nossa atuação no episódio da queda da ponte foi porque lideranças dessas cidades que estão no entorno nos acionaram para fazermos alguma coisa. É evidente que surgem críticas. Há pessoas que acham que você atua porque você está num ano eleitoral. Mas se alguém lhe pede, deputado Caixa, para que atue, para que peça celeridade, para que converse com o deputado, você não vai ser omissos. Portanto, prefiro receber a crítica por fazer o trabalho do que me preocupar que vão dizer que é ano eleitoral.



Tem uma coisa que virou moda agora, Jean, e você deve postar no Facebook... Por exemplo, você coloca uma ação que você fez em Almenara. Começa assim: “Agora é ano eleitoral, isso aparece”. Mas, se olharem no Facebook as páginas dos deputados Jean e Caixa desde 2015, vão ver que fizeram muito em várias cidades, o tempo todo. Portanto, às vezes o cidadão se depara com uma postagem e acha que tudo o que ele sabe sobre a atividade do parlamentar está restrito àquela postagem.

Eu estava dizendo, deputado Jean, de uma situação que, às vezes, ocorre. Outra informação que queria trazer é a questão do rompimento do mineroduto da empresa Anglo, ocorrido nesta semana. Presidente, tivemos de conviver, nesta legislatura, com uma das piores tragédias da história de Minas Gerais, senão do Brasil: o rompimento da barragem de Mariana. Não havia sido a primeira vez que uma tragédia dessa natureza, um rompimento de uma barragem, havia acontecido. E com vítimas – parece-me que já tivemos seis episódios graves com vítimas. Agora o rompimento do mineroduto.

Vamos aprovar na Comissão de Direitos Humanos alguns requerimentos relativos a pedido de informações à Semad sobre quais providências estão sendo tomadas relativamente ao caso e também ao Ministério Público do Meio Ambiente para que apure as causas, as consequências e os impactos desse crime ambiental. Queremos saber qual é o tamanho desse crime.

Sempre digo que não somos contra a mineração. O nome Minas Gerais já diz tudo sobre a nossa vocação. Mas qual é o modelo de mineração que queremos? Não queremos um modelo de mineração que cause danos ao meio ambiente, às espécies, à vida, como aconteceu, por exemplo, com o nosso Rio Doce. Não queremos uma mineração que coloque em risco a vida dos militantes pelos direitos humanos, quando questionam os processos, os licenciamentos e os impactos, como aconteceu com o Frei Gilberto, de Belisário, e com outras lideranças. Queremos uma mineração sustentável. É o Estado que deve dizer quais são as regras e os processos, resguardando, acima de tudo, a vida, a natureza e o meio ambiente.

Sabemos que ela é importante para a nossa economia, sem dúvida alguma, mas o que estamos vendo, e isso tem sido muito recorrente, é um episódio após outro de tragédias, de acidentes, de crimes ambientais. Queremos que sejam tomadas as providências.

Obrigado, presidente, pela paciência e pela educação em poder me ouvir. Quero continuar a minha reflexão. Ouvi de parlamentares a respeito dos problemas de pagamento de merenda escolar. Um problema sério, sabemos. Os prefeitos reclamam da retenção de recurso de repasse. Temos problema de término de execução de obra, de cumprimento de acordo com os servidores. Mas o dinheiro tem de sair de algum lugar. As matérias que estão na agenda do governo e da Assembleia são fundamentais por isso. Quando se propõe ofertar 49% das ações da Codemig para o mercado, é para que o Estado volte a reequilibrar as contas para cumprir acordo. Não tem mágica, o dinheiro tem de sair de algum lugar. Nós, da bancada do governo, estamos prontos para votar as matérias que ajudem a reequilibrar as contas do governo. Estamos preparados. Fazemos ajustes no projeto, que são necessários, e os deputados têm feito esse alerta. É importante fazer correções nas matérias para que não haja questionamento, mas em determinado momento teremos de votar. Num passado não tão distante, o Estado não enfrentava uma crise financeira tão grande quanto a de hoje, não era uma crise desse tamanho, e ações da Cemig e da Copasa, empresas que prestam serviços essenciais, como água e energia, foram ofertadas no mercado. Então, não é nada estranho. E olhem que estou falando que água e energia são serviços essenciais à população. A mineração é superestratégica, mas ninguém vai morrer se esse serviço não for ofertado. Então, por contingência – porque se fosse por opção teria sido a primeira medida em 2015, já com os R\$7.000.000.000,00 de déficit – o governo, como medida para atravessar o ano de 2018 e manter os serviços funcionando, traz essa matéria para a Casa. O Estado continuará sendo o sócio majoritário nessa proposta.

Outra matéria é a securitização. Precisamos que a Câmara dos Deputados aprove, porque aqui e no Senado já foi aprovado, para o governo poder ofertar o recebível de longo prazo do refinanciamento para o sistema financeiro, nos mercados de valores imobiliários. Dessa maneira, o Estado terá mais recurso para cumprir o acordo. É assim que tem de ser feito, não tem mágica, não tem milagre.

Com todos os problemas, no meio de uma crise, é importante lembrar que hoje o que ganha um professor é mais do que ganhava no governo do PSDB. Com todos os problemas, é importante lembrar que o governador nomeou mais de 50 mil trabalhadores dos concursos de 2011 e 2014.

Deputado Durval Ângelo, a questão é que quando o governo avança, a vitória é de alguns poucos, não é do Fernando Pimentel, que teve sensibilidade. Quando o problema se agrava não há um pinga de solidariedade, e volta a saudade daqueles que sucatearam a educação no passado.

Então, meus amigos, vocês precisam entender que será no governo Pimentel que vamos registrar as principais conquistas para a educação. É no governo Pimentel que isso já ocorreu e continuará ocorrendo. Não há outra proposta, não há outro projeto que vá fazer justiça à educação.

O problema, deputado Durval Ângelo, é que as pessoas não querem ouvir a verdade. O governador Pimentel mandou o projeto da Adveb. O governador Pimentel nomeou 50 mil concursados. O governador Pimentel publicou aposentadorias. Hoje os trabalhadores ganham 60% a mais do que recebiam. É evidente que está longe do que queremos. Não tenho dúvida de que é com o governador Pimentel que os avanços vão ocorrer, como estão ocorrendo na educação. Podem vaiar. Não tenho medo de vaias.

Não tenho medo de vaias. Estou lhes explicando que temos de votar o projeto da Codemig. Não há problemas, pessoal. Eu estava aqui votando o acordo de 2015 que vocês comemoraram conosco. Por conveniência, não há problemas.

Quero dizer que as conquistas que tivemos até agora foram com a nossa base, a base do governador Pimentel. As que virão também serão com o governador Pimentel.

Lamento que, educadamente, não pude ser ouvido. Obrigado, presidente.

\* Sem revisão do orador.

O deputado Sargento Rodrigues\* – Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, servidores do sistema prisional e socioeducativo, técnicos socioeducativos, sejam muito bem-vindos à Casa do povo de Minas Gerais.

Aqui, neste Parlamento, há um *slogan* que diz: “Poder e voz do cidadão”. Então, aqui é o lugar de vocês. É uma pena que os deputados do PT, todos eles, que um dia defenderam os trabalhadores, hoje ficam inertes, sem dar ouvidos, voz àqueles que estão lutando, suplicando para que o governo do Estado cumpra um acordo. Deputado Jean, os trabalhadores estão suplicando para cumprirem um acordo firmado com essa categoria no ano de 2015. É vergonhoso.

Quem sabe, após a minha provocação, o líder de governo, deputado Durval Ângelo, que aqui se encontra, venha aqui para falar para vocês, não para enganar, não para dizer que vai fazer uma comissão, uma reunião, mas para falar em nome do governador e dizer que ele vai cumprir o acordo na data tal. É isso que vocês estão esperando. É por isso que vocês estão aqui.

Deputado Gustavo Corrêa, estive em Patos de Minas recentemente em uma reunião na sede dos praças. Lá recebi algumas servidoras que trouxeram essa preocupação.

“Deputado, estaremos lá na terça-feira. Estaremos lá. Precisamos do apoio dos senhores e dos demais deputados. Deputado, por que o governador não cumpre o acordo?”. Não é só esse acordo que ele não cumpre. Se vocês pegarem aquele vídeo do dia 4/9/2014, em que ele fala sobre segurança pública, Pimentel começa se aproveitando – eu falo – de forma desrespeitosa da morte de uma investigadora da Polícia Civil, em uma manifestação do Sindpol, na Praça da Liberdade. E aí começa falando: “Mais de uma policial morta pelo descaso do governo de Minas. Quando eleito governador, não vou empurrar com a barriga para o município, para a União. Segurança pública é dever do Estado. Vamos assumir a responsabilidade, vamos qualificar, vamos reequipar, vamos remunerar adequadamente, vamos comprar viatura com *tablet*, com GPS”. Olhem, onde está, ou melhor, onde estão todas essas promessas, deputado Doutor Jean Freire? São três anos e três meses de governo, e eles continuam com a mesma cantilena, como essa do deputado Cristiano Silveira, do PT, que me antecedeu na tribuna. Continuam com a mesma cantilena. Só sabem reclamar. Eles não querem

governar. Eles vão governar quando? Quando acabar o mandato? É duro. E elas estavam aqui. Estou falando delas, mas estão tanto eles como elas.

No Dia Internacional das Mulheres não veio um deputado do PT para falar em nome delas, dessas servidoras, que estão sofrendo. Aliás, queria conclamar a deputada Marília Campos, conclamar as nossas deputadas, pois servidoras estão sofrendo assédio moral por aquele que se diz interlocutor do governo. O tal do Calazans ameaçou cortar o ponto das que estão fazendo greve. O Calazans ameaçou instalar procedimento administrativo disciplinar, porque esses trabalhadores e trabalhadoras estão fazendo greve. Onde estão as bandeiras do PT? Esqueceram? Foi muito bem lembrado aqui pelo ex-dirigente do Sindicato dos Agentes, Marcos Terra – viu, Terrinha? –, que estão ameaçando com transferências.

Queria dizer, deputado Inácio, que a este deputado as galerias não atrapalham em nenhum momento. Quando o deputado honra seu mandato, tem de cumprir o que falou durante a campanha, a plataforma que defendeu que, no mínimo, no mínimo, seria poder e voz do cidadão e iria fazer a interlocução. Os servidores do sistema prisional e socioeducativo estão aqui pedindo pelo amor de Deus para que o governo possa ouvi-los, para que o governo possa respondê-los. E o governador e seus líderes continuam absolutamente inertes, calados. Mas não disseram, ao longo da história, deputado Gustavo Corrêa, que era Partido dos Trabalhadores? De quais trabalhadores? Aqueles trabalhadores como um secretário de Estado, que ganha R\$70.000,00 por mês, como o Helvécio Magalhães? Como o secretário da fazenda, e não de Fazenda, José Afonso Bicalho, como ele é chamado nos bastidores da Assembleia? Ele é chamado de secretário da fazenda, porque gosta muito de ficar na sua fazenda. Não é secretário de Fazenda. Como o Marco Antônio Monteiro? Como eles que engordam o contracheque por participar de uma reunião de 40 minutos e assinar uma ata do Conselho da Codemig, da Copasa, da Cemig, da Taesa e de tantas outras formas de engordar o contracheque? Para esses trabalhadores indicados pelo partido, de livre nomeação, há diálogo. Para esses não falta salário, não falta garantia do cargo, infelizmente.

Espero que, na próxima eleição que se avizinha, vocês tenham a sensatez de entender que tudo aquilo que eles pregaram no passado jogaram por terra. Tudo aquilo que eles pregaram no passado.

O deputado Rogério Correia não está aqui. Gosto de falar quando o deputado está presente. O deputado Rogério Correia subia à tribuna para dizer que era privatária Tucana, que estavam privatizando tudo. Agora eles querem vender a Codemig. Vocês não têm noção, ideia do que é o nióbio extraído por essa empresa. É a parte mais valiosa, que rende para os cofres do Tesouro Estadual aproximadamente R\$600.000.000,00 por ano. O que eles querem fazer? Os 25% de todo o lucro líquido vêm para reforçar os caixas do Estado. O que o Pimentel quer fazer com a sua turma de aliados na Assembleia? Sem os aliados aqui ele não avança com o projeto. Então, ele manda o projeto, e os aliados votam; tanto o PT quanto o PMDB, que são da tropa de choque. São os mesmos que boicotam a Comissão de Segurança Pública: PT e PMDB. O que essa turma quer fazer com o nióbio? Gente, 75% de todo o nióbio do mundo estão em Araxá, nas terras mineiras. O domínio dessa extração mineral pertence ao governo do Estado. Eles querem adiantar o pagamento de um grupo estrangeiro, do capital especulativo, como é o discurso deles, discurso de petista: capital estrangeiro especulativo. O mercado financeiro arrecada R\$3.000.000.000,00, R\$4.000.000.000,00 este ano e, diferentemente da mentira que alguns petistas têm pregado, não é para pagar servidor público. Por quê?

Farei a leitura de um pequenino artigo da LRF, o art. 44, que diz o seguinte: (– Lê:) “Da preservação do patrimônio público. Seção II” – está aqui o título: “É vedada a aplicação da receita de capital derivada da alienação de bens e direitos que integra o patrimônio público para o financiamento de despesa corrente”. Leia-se: pagamento de servidor. Mas aí eles têm muita força. Não querem comprar e investir no serviço público com equipamento de segurança pública para o servidor e a servidora. Faltam viatura, colete, munição, lanterna, pilha, luva descartável, falta tudo no sistema, alojamento para as mulheres, dignidade para os servidores, ou seja, dignidade para trabalhar. Para esses, falta tudo. Mas eles estão pregando mentira com esse dinheiro. Não é não. Esse dinheiro é para entregar uma ponte para o prefeito, 5km de lama asfáltica, ambulância. Tem gente que gosta, que adora distribuir muita

ambulância. Conheço, o Terrinha conhece e muita gente aqui conhece. Então, vai mandar ambulância, fazer um posto de saúde ali, fazer aquela maquiagem. Aí, torram-se os R\$3.000.000.000,00, R\$4.000.000.000,00, e o povo de Minas Gerais ficou sem o nióbio da Codemig, que terá ido para as mãos do grupo estrangeiro. Acabou aquela fonte de renda. Ele é tão poderoso, ou seja, essa fonte de renda é tão boa que foi com o dinheiro dela que construíram a Cidade Administrativa. Não foi com o imposto do ICMS, do IPVA que entra no Tesouro no Estado, o imposto arrecadado direto ao caixa único do Estado, mas, sim, através da Codemig. Aí, eles querem entregar.

Gente, o PT é como praga de gafanhoto: por onde passa sai destruindo tudo. Foi assim no Rio Grande do Sul e em Brasília. Eles deixaram 13 milhões de desempregados no País. Já até pedi à assessoria, ao pessoal da criação de artes gráficas, aquela turma que mexe no computador, para fazer a imagem de um gafanhoto grande na cor vermelha e com a logomarca de uma boca enorme abocanhando o Estado de Minas Gerais. Estão destruindo o Estado. Não há área do Estado que não estejam destruindo.

No governo passado, o pagamento era no quinto dia útil.

Olhem para vocês verem, hoje é dia 13, mas, até hoje, ele não pagou a parcela dos servidores do Poder Executivo. Até hoje, dia 13. Os demais Poderes e órgãos fora do Executivo receberam na semana passada, dia 7. Dia 13 de março, e até hoje! Tenho saudade do meu ilustre professor Antonio Augusto Junho Anastasia. O povo de Minas Gerais, Prof. Anastasia, espera pelo senhor. O povo de Minas Gerais não aguenta a incompetência do governo do PT, que vem destruindo todas as políticas em Minas Gerais. Ao destruir as políticas públicas, ele arrebenta com o serviço e, ao arrebentar com o serviço público, ele castiga, ele pratica crueldade com os servidores públicos de Minas Gerais. Prof. Anastasia, V. Exa. é estadista, é um homem sério, honrado, trabalhador, não anda voando de helicóptero como o atual governador, que não tem coragem sequer de frequentar um *shopping* ou um restaurante aqui, em Belo Horizonte, ou dentro do nosso estado, porque sabe que vai ser vaiado. Sabe que será chamado de corrupto, por isso não aparece. Prof. Anastasia, o povo de Minas Gerais precisa do senhor, precisa de um estadista. O senhor é a única solução para derrotar o PT em primeiro turno. Esperamos que o senhor venha para cá, para corrigir essa falha, porque, infelizmente, se isso não acontecer, esses servidores continuarão sofrendo no Estado de Minas Gerais.

Tenho certeza, deputado Gustavo Corrêa, que todos os acordos firmados no governo passado... Sou testemunha, o Marcos Terrinha, que está aqui na galeria, sabe disso, o último reajuste de 101% para toda a área da defesa social, que, inclusive, foi encabeçado e negociado por este deputado, foi no governo do Prof. Anastasia. Agora, neste governo, os servidores públicos... Vocês vão ficar quatro anos sem a reposição da perda inflacionária. Não estou falando de reajuste. Quatro anos. Dois anos e três meses de parcelamento de salários, sucateamento da segurança, da saúde e da educação, destruição do patrimônio. Estão vendendo o patrimônio público a preço de banana. O pior de tudo isso, deputado Gustavo Corrêa, é a perseguição aos servidores. Estão perseguindo os servidores. Cadê o governo que disse que ia ouvir para governar? Está ouvindo quem? Está ouvindo Marco Antônio? Está ouvindo José Afonso Bicalho? Está ouvindo quem? Está ouvindo Helvécio Magalhães? Aqueles que estão atrás da mesa, com gabinete confortável, com ar-condicionado, ganhando R\$70.000,00 por mês? Como ouvir pessoas frias, pessoas que não conhecem a realidade dos servidores do sistema prisional e socioeducativo?

Pode ficar tranquilo, presidente, que já encerro. Não vou fazer como o colega que me antecedeu, não.

Digo o seguinte: não arredem o pé. A luta pelos direitos tem de ser constante. Vocês têm de dar um basta; um basta na covardia do PT, um basta no não cumprimento do acordo, um basta naqueles que um dia empunharam a defesa dos trabalhadores e hoje estão massacrando os trabalhadores em Minas Gerais. Parabéns aos servidores!

\* Sem revisão do orador.

O deputado Gustavo Corrêa\* – Uma boa tarde a todos, aos senhores e às senhoras que nos acompanham aqui nas galerias. Começo a minha fala aqui, deputado Carlos Henrique, dizendo que nada melhor do que um dia após o outro, sobretudo na vida pública.

Ouvi atentamente um parlamentar que subiu a esta tribuna querendo defender o indefensável, um parlamentar que foi eleito dizendo aos quatro cantos de Minas Gerais que o compromisso do partido do atual governador era com os trabalhadores da educação, do sistema prisional e de outras áreas. Um governo que foi eleito mentindo e iludindo os mineiros; um governo que foi eleito prometendo pagar aos servidores o piso nacional da educação, mas vemos esses servidores gritando e xingando esse governo desde a semana passada.. Tenho certeza, deputado Sargento Rodrigues, de que nos próximos meses, todos os dias em que as reuniões forem abertas, teremos aqui nas galerias servidores públicos lutando e reivindicando os seus direitos.

Há três anos e meio a oposição vem alertando sobre os equívocos e os erros deste governo. É um governo que meteu a mão nos depósitos judiciais. Hoje, o cidadão comum que quer resgatar a sua contribuição não consegue fazê-lo, porque o governo meteu a mão no dinheiro, deputado Dilzon Melo. É um governo que gravava vídeos todos os dias durante a campanha dizendo que Minas tinha os mais altos índices de impostos, mas os aumentou ainda mais, e hoje a nossa gasolina é uma das mais caras, senão a mais cara do País. Agora, para fazer a sua campanha eleitoral e a de seus companheiros, o governador quer vender a joia da coroa do nosso Estado. A incoerência deste governo é tamanha que na tarde de ontem vários parlamentares da base governista estavam em algum dos auditórios lutando contra a privatização de Furnas. Furnas não pode ser privatizada, porque eles têm companheiros políticos lá, mas a Codemig, que gera R\$500.000.000,00 por ano, sem dar uma despesa sequer ao Estado, pode ser vendida. Colocam R\$3.000.000.000,00 na caixa, fazem a campanha do governador, chamam os companheiros políticos, dão um tapinha nas suas costas, levam-nos ao Palácio da Liberdade, liberam um conveniozinho de R\$100.000,00, R\$200.000,00, R\$300.000,00, e o patrimônio dos mineiros vai para o espaço. Deputado Durval Ângelo, a oposição não vê dificuldade alguma em votar essa operação, desde que o governo faça uma emenda propondo que os recursos provenientes da venda do nióbio, deputados Carlos Henrique e Doutor Jean Freire, sejam aplicados obrigatoriamente na saúde e na segurança pública. Se quiserem, a oposição estará aqui amanhã para votar. Mas nós sabemos qual é o verdadeiro interesse deste governo. É pegar dinheiro para gastar com campanha eleitoral. Os compromissos e os acordos que ficam no papel, jogados ao vento, não são cumpridos. Como líder da oposição, já alertei todos os servidores públicos do Estado que procuram o meu gabinete: não caiam no blá-blá-blá deste governo, que não tem legitimidade, não cumpre os seus compromissos, não faz valer a sua palavra. Os senhores estavam gritando e dizendo que o direito de vocês, o compromisso que o governo fez com cada um não está sendo cumprido, e o governo não vai cumpri-lo. Ele não tem responsabilidade. Sabem quantos deputados estão hoje servindo as secretarias de Estado? Mais de cinco ou seis, gastando dinheiro público, com carro para lá, assessor para cá e por aí fora. A máquina pública tem de ser enxuta, o servidor tem de ser bem remunerado e valorizado em seus atos e tarefas. Mas neste governo, não! Como disse o deputado Sargento Rodrigues, este governo está preocupado em atender à companheirada.

E pior, deputados Doutor Jean e Dilzon Melo. Durante a manhã de hoje, tanto eu quanto o deputado Sargento Rodrigues obstruímos a pauta da Comissão de Constituição e Justiça para impedir esse crime contra o patrimônio de Minas, que é a venda da Codemig. Eu dizia aos que estavam presentes que o que me deixa mais triste é que o partido do governador usa o seu dinheiro e o meu dinheiro – porque também pago os meus impostos – para fazer política. Ele coloca os seus companheiros em altos cargos e depois os obriga a pagar 20% de contribuição partidária, para fazer campanha política. Usando dinheiro público! Usando dinheiro público! Este governo, que quebrou a maior empresa brasileira, a Petrobras, e cometeu os maiores crimes... Era achacar dinheiro de empresário, roubar, era desvio para lá, desvio para cá... Já falei que não aguento mais Lava Jato. Não tem fim. Quando a gente acha que vai acabar, aparece uma novidade que o partido do governador resolveu implementar. Nunca vi tanta criatividade para o mal! Enquanto isso, os municípios mineiros estão aí, sem receber o seu repasse de ICMS, sem receber o dinheiro do transporte escolar, sem receber os repasses para a saúde. E a base governista achando que o Estado está um mar de rosas.

Durante dois anos, ocupei esta tribuna quase que diariamente para fazer críticas à caravana do blá-blá-blá. Caravana do blá-blá-blá, para os senhores e as senhoras que não conhecem a expressão, é aquela ação praticada pelo governo quando quer enrolar – e faz isso muito com vocês. Cria comissão, faz reunião e leva 50 pessoas, sabendo que não vai resolver absolutamente nada. O governo

gastava com diária, mandava o funcionário dois antes para o local da reunião, as secretarias ficavam desertas, fretava um avião aqui cheio de deputados para tirar “fotinha” com o governador, bater nas costas e falar: “Este prefeito aqui é meu, governador”. E o dinheiro público saindo pelo ralo.

E pior, deputado Duarte Bechir, V. Exa., que defendeu os governos passados e hoje defende este governo, não pode permitir que o governador continue enrolando o povo como está fazendo, não. A população do Estado já não aguenta mais um governo que não fez nada a não ser gastar dinheiro com propaganda. Nunca vi um governo gastar milhares e milhares de reais nos intervalos da novela da Globo e do *Jornal Nacional*, o anúncio mais caro do Brasil, para mostrar os avanços e as obras que foram realizadas neste governo! Eram três obras: uma em Betim, uma ponte e um contorno que ainda seria feito. É vergonhoso. Três anos e meio de governo, e nada foi feito, nada, a não ser enrolar e enganar o povo.

Deputado Sargento Rodrigues, sabe o que o governo está fazendo agora? Não sei se é para derrotar os deputados da oposição ou para garantir a eleição dela. O governo agora abriu as portas do Palácio da Liberdade, mas não para o povo, e sim para a companheirada. Uns três secretários ficam lá o dia inteiro pegando a lista dos 853 municípios de Minas e ligando para os prefeitos: “Prefeito tal, o senhor pode vir aqui no Palácio?” Todo cidadão, um pouco educado, vai lá, imaginando que receberá alguma coisa para o seu município. Chega lá, e o secretário fala assim: “De qual obra você precisa? Pois iremos arrumá-la”. O governador está tão preocupado com o Estado que os salários dos servidores devem estar todos em dia. Deve estar pagando em dia. Com relação ao 13º salário, ele está enrolando de novo, pedalando para lá e para cá. Aí pergunto: o governador tem responsabilidade com o Estado? Não, porque um direito constitucional que o servidor público e o trabalhador do Brasil têm é o de receber no quinto dia útil do mês. Isso é um direito constitucional.

Se ele receber no quinto dia útil do mês, deputado Carlos Henrique, ele vai ter oportunidade de ir a um supermercado e fazer as suas compras do mês, fazendo girar a economia e gerando impostos; vai ter condição de abastecer o seu carro ou de ir a um bar com sua família. Mas, não. O governo lhe paga em três parcelas e, às vezes, ainda mete a mão no crédito consignado, que desconta e não repassa para a instituição financeira – ainda tem esse problema. Então, este governo é uma balela.

Mas, graças a Deus, o povo é inteligente e esclarecido e não vai cair mais em promessas de candidatos que não sejam verdadeiros. Agora pela manhã, deputada Marília Campos, o Ibope divulgou uma pesquisa nacional a respeito de como serão as manifestações dos eleitores. Em primeiro lugar, 44% da população brasileira descredita os políticos, grande parte por culpa do partido do governador, que roubou, não agiu com verdade e não tomou as medidas que precisavam ser tomadas, pensando na reeleição da ex-presidente Dilma, colocando o Brasil na maior crise da história. Em segundo lugar, 88% dos eleitores vão votar nos candidatos que falarem a verdade e que têm um passado limpo. É isto o que me consola: que o eleitor escolha bem os seus candidatos e não se deixe levar por falsas promessas. O povo está cansado de promessas. Político que promete é coisa ultrapassada. O político tem de prometer e trabalhar. O que era para ser obrigatório na classe política – ser um homem íntegro, transparente e honesto – hoje virou qualidade. Lamento. E por que isso aconteceu? Porque o governo não cumpre os seus compromissos. Da turma que está em volta do governador, meus amigos e minhas amigas, cada um quer resolver o seu probleminha. Ninguém está preocupado, deputado Felipe Attiê, com as finanças do Estado, de que V. Exa. vem falando há muito tempo, um Estado com um déficit de mais de R\$15.000.000.000,00. E o que o governo fez para economizar? Nada! Não mandou nenhum secretário embora. E hoje devem ser mais de 30 secretarias. Perguntei ao parlamentar que estava na tribuna há pouco e que é vice-líder do governo quantas secretarias existem hoje. Ele respondeu que não sabia de cor. É claro, pois são tantas! Não sabem nem das secretarias que têm. O pior é que atrás de cada secretaria há toda uma estrutura, uma equipe, um *entourage*, deputado Felipe Attiê. Concedo aparte a V. Exa.

O deputado Felipe Attiê (em aparte)\* – Caro deputado Gustavo Corrêa, quero dizer a V. Exa., que é um eminente advogado, que este governo vai se caracterizar por ser o governo da apropriação indébita, definida no Código Penal.

Vou ler uma correspondência da Associação Brasileira dos Promotores de Eventos, entidade nacional com sede em Belo Horizonte e cujo núcleo federativo mais numeroso e atuante é o de Minas Gerais. A associação, “atendendo ao pleito de seus associados, vem por meio desta solicitar que haja de maneira imediata uma mudança nos procedimentos com relação ao pagamento das receitas dos espetáculos realizados por particulares no Palácio das Artes. É incompreensível que o dinheiro das produções tenha que passar pela instituição para depois chegar às mãos dos produtores. Mais nefasta ainda é a atitude de reter o dinheiro líquido e certo dos produtores e promotores de eventos por decisão governamental. A nosso ver, o que o Estado está fazendo é apropriação indébita, uma vez que somos concessionários e não fornecedores ou empresa prestadora de serviços para o Estado, para que tenhamos os nossos recursos bloqueados. Atenciosamente, Carlos Alberto Xaulim”. E tem mais aqui a respeito das ilegalidades do governo do PT.

Gente, o sujeito vai ao Palácio da Artes e contrata uma peça de teatro às suas expensas. O cara lá do Rio de Janeiro fala: “Vou aí, com meu elenco; deposita adiantado para mim. E vou descer em Confins”. Aí o sujeito deposita o cachê da peça e põe o ingresso para vender na bilheteria do Palácio das Artes, que tem uma tiqueteria licitada. Os tiquetes vão sendo vendidos, e o dinheiro entra na tiqueteria e vai para o José Afonso, que está rapando até dinheiro de carroceiro e de circo.

Onde ele pode passar a mão, ele passa, para pagar a conta. Na verdade, esse dinheiro cai no caixa do Estado. A peça já acabou há um mês, e o governador e o PT estão usando o dinheiro particular do cara, que alugou o Palácio das Artes. Ele já pagou o ISS e o Ecad e até agora não viu a sua receita. O governo do Estado reteve o dinheiro. O José Afonso passou a mão no dinheiro para o fanfarrão gastador do Helvécio Magalhães, o homem de R\$100.000,00 por mês.

O bonito é ver o Helvécio Magalhães, deputado Rogério Correia – você pode dizer para a Beatriz Cerqueira –, sentado numa poltrona bonita. Ele senta assim para dar entrevista na Record e fica bonito.

Ele diz: “Eu estou fechando o Palácio Tiradentes”. Eu ia contar como foi a entrevista dele no Palácio Tiradentes, dizendo que está fazendo economia, ganhando R\$100.000,00 por mês.

Vou voltar, noutra hora, para falar do fanfarrão das finanças públicas de Minas Gerais, do Sr. Helvécio Magalhães, grande fanfarrão que quebrou o Estado. Eu dizia isso, desde dia 1º de janeiro de 2015. Eu queria descrevê-lo, mas não dá tempo.

Temos de nomeá-lo para Moscou, para fechar o Kremlin. Temos de nomeá-lo para o Palácio de Buckingham. Temos de nomeá-lo como secretário de planejamento do tesouro americano, para fechar a Casa Branca. Ele vai pôr todo mundo para fora, porque estão gastando demais. Outra coisa, vamos fechar o Palácio do Planalto.

Vamos colocá-lo também nas barracas emprestadas dos sem-terras. Vamos pedir emprestado para V. Exa. e colocar o governador e o presidente na barraca dos sem-terra para atender os outros. Se é assim que funciona, se é isso que vocês estão querendo... Ele é um fanfarrão, e só fala asneira e bobagem.

Vou devolver a palavra a V. Exa., deputado Gustavo Corrêa. Eu tinha de falar mais desse cidadão e dessa história de fechar o Palácio Tiradentes, obra do Oscar Niemeyer, arquiteto conhecido em qualquer fim de mundo na arquitetura mundial.

O deputado Gustavo Corrêa\* – Gostaria de concluir parabenizando o deputado Felipe Attiê pelo belo trabalho que vem fazendo na nossa Casa, há muito tempo, avisando e alertando os mineiros sobre os erros e os equívocos deste governo. Quero dizer às senhoras e aos senhores que aqui se encontram: contem sempre com os 20 guerreiros deputados da oposição, que estarão ao lado de vocês e dos interesses de Minas Gerais. Muito obrigado.

\* Sem revisão do orador.

**MATÉRIA ADMINISTRATIVA****ATO DA MESA DA ASSEMBLEIA**

Na data de 12/3/2018, o presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015, assinou o seguinte ato, relativo ao cargo em comissão de recrutamento amplo de assessor parlamentar, do quadro de pessoal desta Secretaria:

tornando sem efeito o ato, publicado na edição de 13/3/2018, que nomeou Adriano Fonseca Glória, padrão VL-19, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Elismar Prado.

**ADIAMENTO****Pregão Eletrônico nº 7/2018****Número do Processo no Portal de Compras: 1011014 17/2018**

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público que, em virtude de alterações no edital do pregão eletrônico em epígrafe, que tem como objeto selecionar a proposta mais vantajosa para a contratação de serviços de conexão de dados, a sessão pública virtual fica adiada para as 15h30min do dia 3/4/2018.

Belo Horizonte, 16 de março de 2018.

Cristiano Felix dos Santos Silva, diretor-geral.